

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA. A OPÇÃO ETNO-FOLCLORISTA E O ESTADO NOVO

por

Alice Duarte*

No presente artigo propomo-nos dar conta da situação da antropologia e museologia antropológica portuguesas, atendendo ao período de tempo correspondente grosso modo à primeira metade do século XX. Para equacionar a situação da produção antropológica – utilizando o sentido mais lato do termo – em Portugal nessas décadas temos que começar por constatar a sua falta de actualização teórica. Ela orientar-se-á de modo praticamente exclusivo para a “etnologia nacional”, ou seja, para os estudos folcloristas, apresentando uma natureza essencialmente descritiva.

ANTROPOLOGIA *VERSUS* FOLCLORE

Inicialmente a antropologia constituiu-se como uma disciplina que estudava as populações “exteriores” à Europa (ou ao “mundo civilizado”). Desnecessário se torna frisar a relação inicial entre o privilegiar o estudo das populações extra-europeias e a perspectiva evolucionista, característica do mundo académico do século XIX. Segundo ela, estudar as sociedades extra-europeias era estudar as fases anteriores da evolução técnica e social da humanidade. Esta distinção entre dois mundos, o europeu (= civilizado) e o extra-europeu (= primitivo), traduziu-se na emergência e institucionalização inicial da antropologia na proximidade das ciências naturais, mas traduziu-se também na emergência da sociologia como a ciência positiva que estudava o que hoje designaríamos por sociedades complexas. Assim, nos inícios do século XX a antropologia e a sociologia surgem distinguidas (para além das questões metodológicas) essencialmente pela defini-

* Antropóloga, assistente da FLUP.

ção do seu objecto de estudo. Enquanto a segunda focaliza as suas investigações sobre as mesmas sociedades às quais pertencem os investigadores, sobre o Nós ocidental e europeu (ou norte-americano); a antropologia centra a sua actividade sobre o estudo do Outro extra-europeu. Mesmo quando a antropologia se foi progressivamente diversificando em escolas teóricas e/ou nacionais, o papel do Outro como polo de comparação nunca foi realmente posto em causa como elemento essencial, senão das teorias antropológicas, pelo menos da sua prática. Mesmo quando, depois da II Guerra, os estudos antropológicos se passam a exercer também sobre as populações europeias, o Outro continua a manter-se como um ingrediente indispensável para a disciplina. Daí a escolha de temas ou de comunidades de estudo que se situam “nas margens” da realidade socio-cultural europeia ou norte-americana à qual os próprios investigadores pertenciam. E mesmo quando, mais recentemente, a antropologia pretendeu alargar as suas problemáticas de análise até às sociedades complexas, a distância que parecia faltar, dada a proximidade geográfica e cultural do Outro, é reintroduzida intelectualmente pela utilização de técnicas de pesquisa e de conceitos, em muito, forjados no tempo em que a antropologia se exercia exclusivamente sobre o Outro extra-europeu.

Este é, no entanto, o percurso de desenvolvimento da disciplina antropológica no seu sentido mais específico. Inicialmente englobando um conjunto de saberes diversos, nos primórdios da sua afirmação este campo disciplinar forneceu também um certo enquadramento aos estudos folcloristas, que se não-de, no entanto, progressivamente afastar, seguindo orientações teóricas e metodológicas diversas. O que se verifica no início do século XX é que há países onde os estudos etnológico-folcloristas se desenvolvem pouco. É o caso da Inglaterra, que participa sobretudo no desenvolvimento da antropologia. Noutros países, os estudos etnológico-folcloristas obtêm razoável desenvolvimento, mas em paralelo com os estudos propriamente antropológicos, não chegando a se sobrepor ou a tornarem inexistentes estes últimos. É o caso da França. Pelo contrário, noutros países o “estudo da cultura” reduz-se quase exclusivamente aos estudos etnológico-folcloristas, surgindo os seus desenvolvimentos estreitamente ligados a um discurso sobre a identidade nacional. É o caso da Alemanha e de Portugal.

No que diz respeito ao nosso país, já para o século XIX pudemos mencionar vários autores que se dedicaram ao estudo da sociedade e da cultura portuguesas (Duarte, 1999). Eles constituem os personagens daquilo a que posteriormente J. Dias referirá como “o período positivista, filológico-etnográfico da etnologia portuguesa” (Dias, 1952). Autores como Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga, Rocha Peixoto ou Leite de Vasconcelos desenvolveram, pela primeira vez de forma erudita, o estudo da cultura, da literatura e da linguagem populares, assim como da história nacional e da arqueologia. Nessa altura, porém,

estes estudos enquadravam-se nas tendências e doutrinas então nascentes em toda a Europa. A noção de “cultura popular” servia para afirmar que os vários domínios de estudo deveriam ser tratados como interdependentes. Consiglieri Pedroso di-lo claramente: “O resultado, talvez o mais inesperado, da nova escola histórica foi a importância que de um só golpe adquiriu o estudo das superstições, das crenças e dos usos populares da actualidade para o conhecimento do estado social desta fase do desenvolvimento humano que cognominamos a «pré-história», e ainda «a história das nossas origens» (...)” (Pedroso, 1988 [1884]: 77). Ou seja, no final do século XIX, ainda que o objectivo último destes eruditos folcloristas fosse a explicação da nacionalidade portuguesa, as suas obras enquadravam-se na problemática mais geral de explicação do “desenvolvimento humano” e faziam parte de um debate que se desenvolvia então a nível internacional.

A partir das primeiras décadas do século XX a situação altera-se. As rupturas conceptuais e metodológicas promovidas, sobretudo, pela escola funcionalista britânica, ao desencadear o nascimento da “moderna antropologia”, provocam também a separação dos dois sub-campos inicialmente englobados na mesma área disciplinar: os estudos propriamente antropológicos (antropologia social e cultural) e os estudos etnológico-folcloristas. Daí para a frente as diferentes problemáticas das duas disciplinas deixam de ter qualquer orientação conceptual ou metodológica comum. Até sensivelmente aos anos 70 os desenvolvimentos de uma e de outra realizar-se-ão de forma praticamente estanque.

A OPÇÃO PELOS ESTUDOS FOLCLORISTAS

Para procedermos à análise do contexto português neste período importa compreendermos que, ao contrário da Inglaterra ou da França mas em similitude com a Alemanha e os países escandinavos, em Portugal a opção é pelos estudos etnológico-folcloristas. Ela manter-se-á até à década de 70 em estreita ligação com um discurso sobre a identidade nacional. Esta opção é muito claramente reconhecida por Ernesto Veiga de Oliveira a propósito do papel relevante de J. Dias nas décadas de 40-50. Ele é proclamado, e com toda a legitimidade, o responsável pelo “(...) renascimento dos estudos etnológicos em Portugal (...), da expansão desses estudos e da fundação de instituições onde eles podiam ser prosseguidos.” (Oliveira, 1974: 14).

A prevalência desse sub-campo etnológico-folclorista, com o estudo dos “costumes populares” nacionais em detrimento dos estudos propriamente antropológicos e extra-europeus, poderá explicar, em parte, o facto de Portugal nunca chegar a desenvolver verdadeiramente uma tradição colonial antropológica (Pina-Cabral, 1992). Ao contrário das outras duas potências coloniais europeias, a

Inglaterra e a França, no nosso país a antropologia colonial consistiu, durante muito tempo, sobretudo em estudos de antropologia física de que os trabalhos de Mendes Corrêa e depois Santos Júnior, ligados ambos à Escola Antropológica Portuense, são representativos, ou então em relatórios de missionários e administradores que a partir do seu contacto próximo com as populações relatavam o que lhes era dado observar.

O húngaro Tamas Hofer, que já em 1968 tinha evocado a existência de “duas personalidades profissionais diferentes” a propósito dos profissionais da antropologia e da volkskunde (Hofer, 1968), num artigo mais recente relaciona a opção entre aqueles dois sub-campos disciplinares com questões ideológicas. A maior ou menor precaridade de argumentos fundadores de uma identidade nacional influiria directamente na importância e na orientação dos estudos etnológicos nacionais (Hofer, 1990). Em países onde a identidade nacional se funda em acontecimentos históricos sobre os quais há um largo consenso nacional, os estudos folcloristas desenvolvem-se pouco, como é o caso da Inglaterra; em países onde essa identidade nacional necessita ser posta em evidência ou reforçada, os estudos folcloristas têm amplo espaço de consagração. Neste último caso, segundo se procura pôr em evidência a “unidade de povos” vivendo dispersos por vários Estados ou, pelo contrário, se pretende afirmar a ideia de uma diversidade de “povos iguais” dentro de um mesmo Estado-nação, assim os estudos folcloristas se orientam mais exclusivamente para o estudo da “cultura espiritual” ou para os elementos da “cultura material”. De momento retenhamos apenas que em Portugal, para além da opção pelos estudos etnológico-folcloristas, neste período a sua orientação dominante é de facto no sentido da “cultura material”.

J. de Pina-Cabral, em diversos textos e nomeadamente no artigo curiosamente intitulado *Antropologia e Identidade Nacional em Portugal*, ao equacionar a história da antropologia no nosso país relaciona o interesse pelos “costumes populares” com a “(...) produção e reprodução da identidade nacional num contexto de hegemonia burguesa.” (Pina-Cabral, 1992: 33). Numa sociedade de hegemonia burguesa, cuja definição identitária como grupo social é ela própria instável e conflituosa com outros grupos, a autenticidade atribuída à “cultura popular” faz desta a guardiã perfeita da identidade nacional. Definindo a autenticidade simultaneamente por referência ao que é único num povo e ao que teve uma longa existência no tempo, a “autenticidade nacional” encontrar-se-ia no “povo” e nos seus usos e costumes. “Uma genealogia fictícia é construída segundo a qual os costumes populares são «autênticos» porque são ancestrais, em oposição aos hábitos burgueses urbanos que, se bem que claramente dominantes, não são «típicos» porque são «modernos».” (ibidem: 34). Por outro lado, este recurso à “cultura popular” para a definição da identidade nacional por parte da burguesia não entra em contradição com a sua tentativa de apropriação do capital simbólico

da “aristocracia”, uma vez que o “aristocrata” e o “popular” são ambos igualmente classificados como predominantemente rurais. O “autêntico” é sistematicamente identificado com o antigo e o rural, por oposição ao moderno e ao urbano.

A articulação dos pontos de vista de Hofer e de Pina-Cabral pode trazer vantagens explicativas. Por um lado, não é verdade que Portugal tenha necessitado dos estudos folcloristas para encontrar os argumentos fundadores da nossa nacionalidade. Os acontecimentos históricos em que se funda essa nacionalidade são genericamente consensuais e muito recuados no tempo. Ou seja, em Portugal, ao contrário, por exemplo, do que aconteceu na Grécia moderna (Herzfeld, 1986) ou nos países escandinavos, o estudo do folclore não foi um factor decisivo na formação do Estado-nação. Mas por outro lado, é verdade que os estudos folcloristas foram centrais no desenvolvimento de certas imagens da nacionalidade portuguesa. Terão sido centrais como recurso estratégico de uma classe social dominante que se via, no entanto, desprovida das “fontes de autenticidade” para a definição dessa identidade nacional. Foram-no nos últimos decénios do século XIX e nos dois primeiros do século XX, anos marcados por grave crise económica e política e nos quais o ultimato britânico de 1890 não podia deixar de afectar o prestígio nacional. Mas sê-lo-ão sobretudo nas décadas seguintes, em resultado do regime político instaurado com o Estado Novo.

O regime nacionalista e reformador iniciado em 1926 instaurou uma política “moderna” que era ao mesmo tempo “anti-liberal, anti-capitalista e contra-revolucionária” (Kalaora, 1989: 50), como forma de resolver os problemas económicos, sociais, políticos e até morais que assolavam o país. O quadro ideológico e programático desse regime ditatorial incentivará por diversos meios as pesquisas folcloristas. Em primeiro lugar, porque a tradição etnológica podia contribuir para se alcançar os objectivos de um projecto que se pretendia ele mesmo reformador da identidade nacional. Em segundo lugar, porque estes estudos, essencialmente descritivos e pobres em termos analíticos, não abordavam problemáticas que suscitassem uma reflexão aprofundada da sociedade portuguesa e do próprio regime. Em terceiro lugar ainda, porque esses estudos, ao ignorarem a análise sociológica, permitem mais facilmente a sua manipulação e utilização na forma de propaganda ao regime ditatorial. O concurso da “aldeia mais portuguesa de Portugal”, organizado em 1938 pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) sob a orientação do principal ideólogo do regime, António Ferro (Brito, 1982), é a ilustração perfeita, quase caricatural e alegórica, das três razões que acabamos de enunciar.

Pode-se afirmar, então, que o contexto político-ideológico existente em Portugal contribui para que “(...) aos trabalhos publicados no fim dos anos 20, durante os anos 30 e 40, falte a novidade e a força que marcaram a geração precedente.” (Pina-Cabral, 1992: 38). Além disso, esse contexto político-ideológico impediu ainda a institucionalização académica da disciplina antropológica

(*stricto sensu*), fazendo, aliás, o mesmo relativamente a outras disciplinas da área das ciências sociais e humanas, como a sociologia ou a psicologia.

Porém, esta opção pela “etnologia nacional” não é um fenómeno exclusivamente português nem sequer exclusivo dos regimes totalitários. Como já afirmamos anteriormente, outros países europeus enveredam pelo mesmo caminho, nomeadamente os países escandinavos e os de língua alemã. Trata-se de uma opção entre dois campos disciplinares, agora com desenvolvimentos particulares específicos mas originalmente, de certo modo, inseríveis num mesmo quadro teórico. Além disso, a nível europeu, os anos 30 do século XX foram o período de lançamento de um projecto científico que pretendia o desenvolvimento e a afirmação disciplinar dos estudos etnológico-folcloristas. Associando os termos “Europa” e “etnologia”, esse projecto dará origem à *European Ethnology*, à *Europäische Volkskunde* ou à *Ethnologie Européenne*, segundo as diferentes designações nacionais. O termo foi “inventado” em 1937, pelo sueco Sigurd Erixon, para designar um projecto de pesquisa e de coordenação internacional que reunia investigadores trabalhando cada um no seu país ou região sob designações disciplinares diversas, mas nas quais os termos povo/popular surgem recorrentemente. Restringindo-nos apenas a quatro das onze designações nacionais referidas por T. K. Schippers (1991: 148) temos: *Folk-Lore/Folk studies* na Grã-Bretanha; *Volkskunde* nos países de tradição germanófono; *Folklivsforskning/Folkemindeviden* na Escandinávia; e *Arts e Traditions Populaires* em França.

A pretensão fundamental de S. Erixon de criar um espaço de discussão para a elaboração de problemáticas comuns entre os “europeístas” (que continuavam, aliás, a deter formações científicas muito diversas) nunca foi alcançada. Muito poucos trabalhos produzidos no quadro desta “etnologia europeia” ultrapassaram as fronteiras nacionais (ou regionais), mantendo-se a comparação um objectivo apenas ao nível de projecto. É inegável, no entanto, o efeito dinamizador desta iniciativa na área dos estudos folcloristas. A “etnologia europeia” surge como o emblema de múltiplas actividades que vão desde a realização de congressos internacionais e outros encontros de debate até ao projecto de criação de um atlas etnológico europeu. É natural que ecos dessas iniciativas chegassem também a Portugal, funcionando como incentivos para o desenvolvimento da linha de estudos que era já a dominante no país: os estudos etnológico-folcloristas.

Por outro lado, a *Volkskunde* alemã que tinha alcançado, no quadro específico dessa área de estudos, uma preponderância internacional indelével, era também para Portugal a referência teórica dominante. Os efeitos internacionais da importância institucional da *Volkskunde* são detectáveis quer no domínio da língua alemã nas publicações de vocação internacional até aos anos 70 quer no facto de quase todos os folcloristas latinos participantes no projecto de Erixon serem também germanófonos (Schippers, 1991: 150, nota 18). Como representantes

destacados dessa tradição germanófona em Portugal podemos referir quer Adolfo Coelho, quer mais tarde Jorge Dias.

Precisemos, agora, alguns dos traços característicos dessas “etnologias nacionais” dos “costumes populares”. Os folcloristas trabalham exclusivamente sobre o seu próprio país, consagrando-se a alguns aspectos da vida local, em particular da vida da “gente simples do povo”. Debruçam-se sobre a arquitectura, as técnicas, a utensilagem, os trajes, etc., tidos como parte do que designam por “cultura material”, ou então sobre a literatura oral,¹ os dialectos, a musicologia, a toponímia, a antroponímia, como partes do que designam por “cultura espiritual”. Aqui, mais uma vez, a tese de T. Hofer parece ter alguma aplicabilidade. No Portugal dos anos 20 aos 50, pelo menos, os estudos dominantes serão na área da “cultura material”, ultrapassando-se a tendência dos estudos filológicos anterior. A esta dominância da “cultura material” poderão não ser alheios os intuítos ideológicos do Estado Novo de tentativa de construção de uma identidade nacional onde, sob um sentimento de pertença comum, pretensamente haveria lugar para todos os particularismos regionais. A posterior concepção do *Lusotropicalismo* é, de certo modo, a expansão do mesmo princípio ideológico, aplicado agora na construção de uma imagem de unidade do Império.

O interesse dos estudos etnológico-folcloristas pelas “práticas e costumes do povo” traduz duas vocações desses estudos. Uma, é o recurso a factos “históricos” para os utilizar sobretudo como argumentos sobre a “autenticidade” dos fenómenos estudados, segundo a fórmula que identifica antigo com verdadeiro. A outra das vocações, é a tentativa de fundar, com o auxílio daqueles argumentos científicos (ou pseudo-científicos), uma especificidade nacional. O resultado final é a percepção da população popular rural como o “conservatório” dos elementos definidores da identidade nacional; esses elementos originais teriam desaparecido nas camadas superiores urbanas pela influência da modernização.

Para além desta postura teórica facilmente possibilitar o seu aproveitamento político e ideológico por parte do Estado Novo, é de salientar ainda que essas pesquisas folcloristas se realizavam num quadro de acções individuais e movimentos extra-universitários, que encontravam, no entanto, um certo eco junto dos eruditos locais e do grande público. Se o fenómeno não é exclusivo para Portugal (Schippers, 1991: 148-49), no nosso país os seus efeitos são, no entanto, ampliados pela total ausência nos meios académicos nacionais não só da antropologia social e cultural mas também de outras disciplinas da área das ciências sociais.

Em resultado de todos estes factores e da procura constante da adesão das populações ao projecto de valorização da cultura e da identidade nacionais, os

¹ I.e., o folclore, *stricto sensu*, na acepção do termo criado por John Thoms em 1846.

levantamentos folcloristas mais do que originarem edições de obras ou publicações regulares em revistas da especialidade, vão traduzir-se sobretudo na proliferação de pequenas iniciativas museológicas locais, ou então na realização de manifestações variadas de âmbito mais ou menos nacional. Como exemplo máximo – e novamente alegórico – de uma manifestação grandiosa que visava a exaltação da nacionalidade não podemos deixar de referir a realização, em 1940, da *Exposição do Mundo Português* (Castro, 1940). É verdade que ela foi uma acção de propaganda ideológica organizada pelo próprio regime político (França, 1980), mas certas iniciativas nela incluídas eram claramente suportadas pelas posições folcloristas, como seja a apresentação de pavilhões para cada província do país onde figuravam essencialmente objectos da “cultura material” supostamente representativos da região, ou a própria ideia de fundar o Museu de Arte Popular.² Quanto aos museus locais, eles eram geralmente pequenas e pontuais realizações de eruditos locais e folcloristas amadores para quem a valorização necessária da nacionalidade passava pela demonstração da sua longa existência. Eram focos museográficos, geralmente ecléticos, onde figuravam lado a lado peças arqueológicas e históricas com objectos da “cultura material” regional.

Com a apresentação deste quadro das actividades etnológico-folclorista, caracterizado pela ausência de análises sociológicas e pela manutenção da perspectiva histórica, assim como pelo seu carácter essencialmente descritivo, pretendemos demonstrar a enorme distância que separa estes estudos folcloristas dos estudos da antropologia social e cultural. Assim sendo, Portugal (como a Alemanha ou os países escandinavos) encontra-se numa situação perfeitamente exterior ao quadro de reformulações teóricas e institucionais da disciplina antropológica realizadas nos anos 20/30 deste século. Mas para além desta opção etnológico-folclorista, o contexto português apresenta ainda outras especificidades que merecem ser referidas e que podem ser postas em evidência através da análise da situação museológica nacional. É sobre ela que nos debruçaremos de seguida para finalizar a análise deste período, em Portugal.

A SITUAÇÃO MUSEOLÓGICA PORTUGUESA ENTRE OS ANOS 20-60

Tentando equacionar a questão, uma primeira constatação se torna evidente.

² O Museu de Arte Popular foi inaugurado em 1948, tendo ficado instalado no pavilhão da “vida popular” da *Exposição do Mundo Português* que se torna assim definitivo. Constituído-se como uma galeria de exposição permanente, nele eram exibidos, segundo um critério regional, os artefactos da “cultura popular”. Não deixa de ser interessante verificar que na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1948: 249), este museu é referido como Museu do Povo.

Para além dos pequenos núcleos museológicos, de que já falamos, e do Museu de Arte Popular em Belém, cujo enquadramento científico e institucional não permitem considerá-lo propriamente um museu mas antes “(...) uma galeria com exposições etnográficas permanentes (...)” (Freitas-Branco, 1995: 164, nota 32), para além deles, o “entusiasmo folclorista” nacional, de facto, não se reflectiu na constituição de nenhum museu etnológico nacional.

É verdade que existia, já desde o século passado, o Museu Etnológico Português dirigido por Leite de Vasconcelos (Duarte, 1999), mas o que também é verdade é que a sua área de especialização dominante sempre foi a arqueologia. A sua designação e a própria mudança, em 1897, de *etnográfico* para *etnológico* “(...) teve por finalidade não colidir com museus já instalados, disputando-lhes, pelo menos a este nível, alguma legitimidade (...)” (Freitas-Branco, 1995: 149), mas o “(...) museu de J. Leite de Vasconcelos enveredou, estruturou-se, consolidou-se pela via arqueológica.” (ibidem). Assim sendo, há então a reter que se existe similitude entre Portugal e outros países europeus relativamente à opção pela vertente folclorista, ao nível dos resultados museológicos concretizados ela deixa de se fazer sentir.

Até por contraste com a situação acabada de referir, há um segundo aspecto da museologia nacional deste período que merece destaque. Estamos a falar da existência de museus, afinal, antropológicos mas claramente orientados para a sub-especialidade da antropologia física, como é o caso do Museu e Laboratório Antropológico, da Universidade de Coimbra, e do Museu e Laboratório Antropológico, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. A situação é duplamente interessante porquanto, confirmando a ausência da antropologia social e cultural, demonstra em simultâneo a aceção exclusivamente biológica atribuída aos estudos antropológicos. Ou seja, a opção pelos estudos folcloristas impede a afirmação da antropologia social e cultural; quanto à antropologia física, ela adquire alguma relevância.

Relativamente ao Museu e Laboratório Antropológico, de Coimbra, em 1907 o seu director – Bernardino Machado – tinha sido substituído por Eusébio Tamagnini, que se manterá no lugar por quase 40 anos. O novo director tem como área de docência mas também de investigação a antropologia física, pelo que a partir daquela data o Museu se orientará claramente para essa sub-especialidade, sendo enriquecido com diversas colecções osteológicas. Quanto às colecções etnográficas lá existentes, se bem que em 1916, aquando da instalação do Instituto de Antropologia no Colégio de S. Boaventura, Eusébio Tamagnini tenha procedido à sua conveniente reinstalação (Gouveia, 1985), o facto é que o próprio director reconhece (Tamagnini e Serra, 1942: 7) que durante a sua direcção o sector etnográfico não recebeu muita atenção. A comprová-lo está o facto do ensino da

cadeira de Etnologia³, que se começou a leccionar na Faculdade de Letras daquela Universidade, se processar completamente desligada do Museu e do seu núcleo etnográfico. E isto apesar do Museu estar integrado na mesma estrutura académica e de ter um cunho eminentemente escolar.

O Museu de Coimbra volta a mudar de instalações no início da década de 60, passando agora para o espaço remodelado do antigo Colégio de S. Bento. Não se verifica, no entanto, nenhuma alteração no sector etnográfico que se mantém secundarizado. Esta preferência pela antropologia física manter-se-á até 1975, só nessa altura passando o ensino da “antropologia cultural” a ter existência regular no Instituto de Antropologia, da Universidade de Coimbra (Gouveia, 1985).

Quanto ao Museu e Laboratório Antropológico, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, ele constituiu-se como a instituição museológica da chamada Escola Antropológica Portuense (Corrêa, 1940), cujo discurso antropológico assentou de modo exclusivo no paradigma biológico. A opção do Porto pela vertente da antropologia física tem uma importância significativa porquanto, até 1974, esta será a única Escola antropológica academicamente instituída, dominando até à mesma data “(...) o panorama antropológico nacional.” (Freitas-Branco, 1988: 128).

A Universidade do Porto foi criada em 1911. Na mesma data, é criada na Faculdade de Ciências dessa Universidade a cadeira de Antropologia, sendo seu primeiro professor tutelar, de 1912 a 1958, António Augusto Mendes Corrêa (1888-1959). Os interesses científicos deste médico que leccionava biologia levam-no a fundar o Museu e Laboratório Antropológico: “A Antropologia surge como uma das cadeiras da secção de ciências-naturais e são [neste âmbito] criados um museu e um laboratório antropológicos e um posto de antropologia criminal (...)” (Corrêa, 1937, cf. *in* Pacheco, 1992: 18). Em 1926, através de um Decreto governamental que o considera um estabelecimento anexo à Faculdade de Ciências, o Museu adquire autonomia e passa a ficar adstrito ao Instituto de Antropologia então constituído. Relativamente ao núcleo original do seu acervo não há muitos dados. Sabe-se, no entanto, que nos finais da década de 20 o Museu dispunha de colecções osteológicas e somatológicas, algumas peças de pré-história e arqueologia, assim como um pequeno número de objectos etnográficos portugueses, “(...) donde sobressaem rocas, fusos, candeias e lampiões doados por um particular.” (Freitas-Branco, 1988: 124). Quanto ao Instituto de Antropologia, a sua actividade centrava-se sobretudo em investigações antropométricas que vinham já sendo desenvolvidas de forma sistemática desde 1902, a partir de um

³ Pela reforma universitária de 1911, a cadeira de Etnologia fazia parte dos *curricula* dos cursos de Ciências Históricas e Geográficas e Filosofia.

Posto Antropométrico, instalado junto à Cadeia Central do Porto e funcionando na dependência da Escola Médico-Cirúrgica (então enquadrada na Academia Politécnica do Porto). Esta Escola terá continuidade a nível universitário através da Faculdade de Medicina que tentará, também ela, incrementar as pesquisas relacionadas com a aplicação da “Antropologia Criminal”. No Instituto de Anatomia – órgão anexo àquela Faculdade – realizavam-se investigações tendentes a determinar as causas dos comportamentos desviantes dos criminosos, recorrendo-se a métodos que tentavam estabelecer constantes entre os elementos obtidos pela antropometria, os fundamentos biológicos da personalidade e esses comportamentos desviantes. Em 1938, o Posto Antropométrico é transformado em Instituto de Criminologia.

A hegemonia da antropologia física no Instituto de Antropologia do Porto é, de certa forma, a consequência lógica da sua localização na Faculdade de Ciências e das ligações estreitas que sempre manteve com a antropobiologia praticada na Faculdade de Medicina, nomeadamente através do seu fundador, Mendes Corrêa. Mas esta imposição do determinismo biológico foi também facilitada pela supressão da área das Humanidades na Universidade do Porto. A Faculdade de Letras, que tinha sido criada em 1919 e albergara a Filosofia, a Filologia Clássica e a Filologia Moderna, a Arqueologia, a Geografia e a Etnologia, foi extinta por decisão governamental em 1928, só vindo a ser novamente instituída em 1962.

Não nos devemos iludir quanto aos efeitos que a não supressão da Faculdade de Letras poderia ter provocado na viragem do discurso antropológico em direcção à antropologia social ou cultural. Em primeiro lugar, porque a opção em Portugal, como temos vindo a demonstrar, não era essa mas sim os estudos etnológico-folcloristas. Em segundo lugar, porque o docente responsável pelas matérias ministradas nas cadeiras de Geografia e Etnologia da Faculdade de Letras era o mesmo Mendes Corrêa. De qualquer modo, durante a curta existência desta Faculdade foram criadas algumas estruturas, nomeadamente museológicas, que deixam antever uma possível inflexão para o exterior da vertente antropobiológica. Em 1921, é criado o Museu de Arqueologia Histórica que albergava, para além de antiguidades luso-romanas cedidas a título de empréstimo pela Câmara Municipal do Porto, uma grande colecção assíria proveniente de prolongadas escavações arqueológicas alemãs e destinada aos museus de Berlim, mas que devido à I Guerra tinha ficado retida em Portugal juntamente com o barco que a transportava. Este espólio acabará por ser devolvido à Alemanha, em 1926, mas no ano seguinte chega ao nosso país uma “remessa de compensação”, contendo objectos etnográficos extra-europeus de origem diversa, incluindo a única colecção da Melanésia existente em Portugal (Freitas-Branco, 1988; Pacheco, 1992). Em 1927, fica também instalado na dependência da mesma Faculdade o Museu de Etnografia Ricardo Severo, cuja direcção é entregue a Mendes Corrêa (Pina, 1966).

Acontece, porém, que com a extinção da Faculdade de Letras, em 1928, estas instituições museológicas foram encerradas e todo o património da Faculdade ficou depositado na Reitoria, acabando o seu espólio por ser transferido, em 1940, para o Instituto de Antropologia. O facto da colecção da Melanésia – única no país – e os restantes objectos etnográficos provenientes de museus de Berlim, terem permanecido não estudados e praticamente desconhecidos até 1983⁴ é mais um indício do predomínio incontestável da antropologia física naquele Instituto.

Sendo a única escola académica e institucionalmente enquadrada, a Escola Antropológica Portuense “(...) marcou decisivamente a orientação do pensamento antropológico português por toda a metade do século, quer essa antropologia se referisse ao perímetro continental quer ela se reportasse aos territórios coloniais.” (Pereira, 1989: 64).⁵ Podemos concluir, então, que na primeira metade do século XX, Portugal não só estava distante das problemáticas da disciplina antropológica (no sentido de antropologia social e cultural) como também os próprios estudos folcloristas tinham um desenvolvimento e importância muito reduzidos. Esta situação e o próprio facto da Escola Portuense ser a única academicamente institucionalizada teve reflexos importantes, nomeadamente ao nível da chamada “antropologia colonial”. Convém não esquecer que foi o grupo de antropobiologistas da Escola do Porto que iniciou, e prolongou durante vários anos, o estudo oficial das populações coloniais. Aquando do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, efectuado no Porto em 1934, os seus organizadores lançam a sugestão de realizar “missões antropológicas” nas colónias. O seu principal objectivo seria coligir dados antropométricos, considerados de valor prático em termos de uma exploração mais rentável da mão de obra colonial. Aliás, grande parte das comunicações apresentadas, abordava já a mesma questão:

“(...) nem todos os indígenas se prestam para o serviço militar, como há outros que são insusceptíveis de trabalhar rudemente nas fábricas. É, pois, um tal seleccionamento prévio que se pretende organizar para evitar inutilizações pessoais e fracassos económicos. A caracterização do grau de desenvolvimento físico relaciona-se com a observação antropométrica vulgar, cujos resultados ou fórmulas práticas são expressas por meio de índice ou coeficientes de robustez de fácil aplicação prática. E, quanto ao seleccionamento funcional, mesmo dentro da própria vida militar, deve efectuar-se mediante as mensurações ergográficas, reflexomotoras, etc.” (Silva Correia, 1934: 179-180, cf. in Moutinho, 1982: 427-428).

⁴ Nesta data a referida colecção foi enviada para o Museu de Etnologia, de Lisboa, onde foi estudada, restaurada e só então reconstituída a história da sua origem, tendo sido com ela montada, em 1988, a exposição *Artefactos Melanésios. Reflexões Pós-modernistas*.

⁵ Para que o sentido da afirmação fique completamente claro e possamos perceber todas as suas implicações é necessário termos em conta que para Rui Pereira (1988 e 1989) – ao contrário da posição da autora deste artigo – os estudos etnológico-folcloristas são tidos como uma dimensão da antropologia no seu sentido lato.

Aceitando a pertinência de tais argumentos e a utilidade de tais conhecimentos, o Estado Novo apoia e promove a realização de numerosas “missões” que são, então, enviadas para todas as colónias. A sua concretização realizar-se-á entre 1936 e 1955, período durante o qual foram enviadas, nomeadamente para Moçambique, seis missões (Pereira, 1989). Só no fim dos anos 50, e em parte devido ao sentimento crescente de que a questão colonial não permaneceria pacífica por muito mais tempo, é detectável uma certa inflexão, ideológica e conceptual, na antropologia colonial portuguesa (Pereira, 1988). Esta alteração será concomitante quer com a redução de preponderância da escola do Porto quer com o ressurgimento dos estudos etnológico-folcloristas, nomeadamente através da figura de J. Dias.

Em 1945, o Instituto de Antropologia da Universidade do Porto promove a criação do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular que sendo dirigido por Mendes Corrêa comportava, no entanto, três secções: antropologia física e biológica, pré-história e etnologia. Tendo sido convidado para organizar a secção de etnologia em 1947, J. Dias e a equipa de colaboradores de que se rodeia conseguem obter uma progressiva autonomização daquela secção, desenvolvendo diversas actividades de investigação na área dos estudos etnológico-folcloristas. J. Dias permanecerá ligado ao Centro de Estudos de Etnologia Peninsular até 1959⁶, mas entretanto vai leccionando, primeiro em Coimbra e depois em Lisboa. Em 1956, inicia a sua actividade de docente no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos,⁷ passando a colaborar também nas actividades da Junta de Investigações do Ultramar. Será no quadro desta participação, e nomeadamente através do Centro de Estudos Políticos e Sociais fundado por aquela Junta, que J. Dias iniciará o estudo das populações do “*ultramar português*” num quadro exterior ao âmbito da antropologia física, até aí o único existente (Pereira, 1989).

Em 1957, depois de no ano anterior ter feito uma viagem prospectiva à Guiné, Moçambique e Angola, J. Dias é encarregado pelo Ministro da tutela de

⁶ Estreitamente relacionada com a saída de J. Dias, em 1959, está a transferência do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular para Lisboa, em 1963, assumindo-se nas décadas seguintes como grupo dedicado à etnologia europeia (Oliveira, 1968: 23).

⁷ Este Instituto tem como antecedente remoto a Escola Superior Colonial criada em 1906 e reestruturada em 1926 que, funcionando na dependência da Sociedade de Geografia de Lisboa, tinha por finalidade a formação de funcionários coloniais. Em 1946, mantendo-se na Sociedade de Geografia sob a tutela do Ministério das Colónias, passa a deter dois cursos: um de administrador colonial, outro dirigido ao público e colonos em geral com o objectivo de fornecer conhecimentos relacionados com as colónias (Moutinho, 1982: 420-421). Na década de 50, passando a funcionar em edifício próprio, muda a sua designação para Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, posteriormente Instituto Superior de Ciências Políticas e Ultramarinas, que é hoje o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Pereira, 1989).

chefiar a *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, na qual será assistido por Margot Dias e Viegas Guerreiro. Entre 1957 e 1961 foram realizadas diversas campanhas em Moçambique e Angola sendo-lhes atribuído um duplo objectivo: fornecer relatórios confidenciais sobre as condições políticas e sociais dos grupos indígenas e relatos etnográficos sobre algumas populações das colónias⁸ (ibidem). Em resultado das actividades da *Missão* é publicada, em 1964, a monografia em quatro volumes *Os Macondes de Moçambique*. As actividades da *Missão* serão suspensas a partir do início da década de 60 em virtude da eclosão da guerra colonial.

Perante o conjunto de opções conceptuais, doutrinárias e institucionais passadas em revista ao longo destas páginas, nada tem de surpreendente que o contexto museológico nacional só em termos marginais comportasse algum museu de etnografia exótica. Já referimos noutro sítio que em 1892 tinha sido criado na Sociedade de Geografia de Lisboa, o Museu Colonial e Etnográfico (Duarte, 1999). Embora não exclusivamente votado à etnografia extra-europeia e permanecendo integrado numa instituição particular cujas actividades não eram especificamente orientadas para a museologia, até à década de 60 esta é a única instituição museológica que pode ser referida.

Em 1962 é iniciado o processo que virá a dar origem ao Museu Etnológico Ultramarino, actual Museu Nacional de Etnologia. Embora, desde 1945, estivesse atribuída à Junta de Investigações do Ultramar a tarefa de organizar um museu ultramarino português onde ficariam reunidas todas as colecções etnográficas dispersas pelos vários departamentos do Ministério do Ultramar, os diversos projectos elaborados acabam por ir sendo adiados (Oliveira, 1972). Tendo realizado, em 1959, uma exposição etnográfica intitulada *A Vida e Arte do Povo Maconde* que exhibia materiais colectados nas campanhas da *Missão* a Moçambique, J. Dias com o conjunto desses artefactos inaugura, no ano seguinte, um pequeno museu de carácter escolar, instalado numa dependência da Junta de Investigações do Ultramar. Em consequência desta iniciativa, a partir de 1962 J. Dias é encarregado de organizar o tal Museu que o Ministério do Ultramar há muito tinha em vista, sendo para isso disponibilizados os meios logísticos e financeiros que permitiram o aumento considerável do pequeno acervo inicial.

Não se pode, no entanto, afirmar que os esforços de J. Dias fossem devidamente compensados: não tendo instalações próprias nem adequadas e ocupando sucessivamente diversos espaços provisórios (ibidem), o Museu Etnológico Ultramarino só conseguia dar-se a conhecer ao público através das exposições tempo-

⁸ Foram realizados estudos, nomeadamente, sobre os Maconde e os Chope, respectivamente do norte e sul de Moçambique, e sobre os Boschímane de Angola.

rárias que ia realizando de forma intermitente ao longo dos anos. Só pouco antes da sua morte, em 1973, o projecto de construção de um edifício de raiz foi definitivamente aprovado, o qual veio a ser concluído em 1975. Mesmo assim, devido a vicissitudes várias, acaba por só abrir as portas ao público em 1985.

Como último comentário podemos apenas referir que, de facto, também este Museu não é exclusivamente votado à etnografia extra-europeia. Adoptando o que E. Veiga de Oliveira designa por “concepção universalista” (1989: 58), o Museu inclui no seu acervo quer colecções nacionais quer exóticas. “Esta posição do Museu de Etnologia, colocando as colecções não europeias a par das colecções europeias e sobretudo portuguesas, constitui um traço original do Museu (...)” (ibidem: 61). Assim será, mas a preferência nacional pela área dos estudos etnológico-folcloristas não deixa também de a favorecer.

BIBLIOGRAFIA

- BRITO, J. PAIS DE (1982) - “O Estado Novo e a Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, *in O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 511-532.
- CASTRO, AUGUSTO DE (1940) - *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- CORRÊA, A. A. MENDES (1940) - “A Escola Antropológica Portuense”, *Congresso do Mundo Português*, XII, Lisboa, Bertrand, pp. 619-636.
- DIAS, JORGE (1952) - *Bosquejo Histórico da Etnografia Portuguesa*, Coimbra, Supl. Bibl. da *Revista Portuguesa de Filologia*.
- DUARTE, ALICE (1997) - *Colecções e Antropologia. Uma Relação Variável Segundo as Estratégias de Objectivação do Saber*, Braga, Universidade do Minho (Tese de Mestrado, não publicada).
- (1999) - “A Museologia Antropológica no século XIX em Portugal”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 39, fascs. 1/2, pp. 71-82.
- FRANÇA, J. AUGUSTO (1980) - “1940: Exposição do Mundo Português”, *Colóquio Artes*, 2ª série, nº 45, pp. 34-47.
- FREITAS-BRANCO, JORGE (1988) - “A ‘Escola Antropológica Portuense’”, *in Catálogo de Artefactos Melanésios. Reflexões Pós-modernistas*, Lisboa, Museu de Etnologia, ICT, pp. 124-131.
- (1995) - “Lugares para o Povo: Uma Periodização da Cultura Popular em Portugal”, *Revista Lusitana* (Nova Série), 13-14, pp. 145-177.
- GOUVEIA, H. COUTINHO (1985) - “Colecções africanas do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra”, *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol. I, tomo II, pp. 484-520.
- HERZFELD, MICHEL (1986) - *Ours Once More: Folklore, Ideology, and the making of Modern Greece*, New York, Pella.
- HOFER, THAMAS (1968) - “Anthropologists and Native Ethnographers in Central Euro-

- pean Villages: Comparative Notes on Professional Personality of Two Disciplines”, *Current Anthropology*, 9/4, pp. 311-315.
- (1990) - “Construction of the ‘Folk Cultural Heritage’” *Tauscrit Rutger Center for Historical Analysis*.
- KALAORA, BERNARD (1989) - “Paul Descamps ou la Sociologie Leplaysienne à l’Epreuve du Portugal de Salazar”, *Gradhiva*, nº 6, pp. 50-65.
- MOUTINHO, MÁRIO (1982) - “A Etnologia Colonial Portuguesa e o Estado Novo”, in *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 415-442.
- OLIVEIRA, ERNESTO V. (1972) - “Museu de Etnologia do Ultramar”, *Geographica*, VIII, 29, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- (1974) - “António Jorge Dias: Biography and Bibliography”, in *Memoriam António Jorge Dias*, vol. I, Lisboa.
- (1989) - “O Museu de Etnologia”, *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, Lisboa, Conselho Internacional dos Museus, Comissão Nacional Portuguesa.
- PACHECO, M. ISABEL (1992) - “Museu de Arqueologia e Pré-História, Coleções do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa”, *Boletim da Universidade do Porto*, nº 14-15 (3-4), pp. 18-19.
- PEDROSO, CONSIGLIERI (1988) [1884] - *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e Outros Escritos Etnográficos*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PEREIRA, RUI (1988) - *Antropologia Aplicada na Política Colonial Portuguesa*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. (Tese de Mestrado)
- (1989) - “A Questão Colonial na Etnologia Ultramarina”, *Antropologia Portuguesa*, vol. 7, Nº esp., *Actas do II Colóquio sobre a Investigação e o Ensino da Antropologia em Portugal*, Museu e Laboratório Antropológico, Universidade de Coimbra, pp. 61-78.
- PINA-CABRAL, JOÃO DE (1992) - “Anthropologie et Identité Nacional au Portugal”, *Gradhiva*, nº 11, pp. 31-46.
- SCHIPPERS, THOMAS K. (1991) - “Regards Ethnologiques sur l’Europe”, *Terrain*, nº 17, pp. 146-152.
- TAMAGNINI, V. EUSÉBIO E SERRA, J. ANTUNES (1942) - *Subsídios para a História da Antropologia Portuguesa*, Coimbra.